



| nº 7.set.2015 |

suplemento

5^{out}

Dia Mundial 2015
do(a)s Professore(a)s

*Dar força aos professores,
por uma sociedade
mais justa e sustentável*





José Alberto Marques
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

Dia Mundial do Professor 2015

“Dar Força aos Professores, para uma Sociedade mais Justa e Sustentável” é o lema (adaptado para Portugal) deste ano para o Dia Mundial dos Professores.

A celebração do dia mundial do professor é uma iniciativa da Unesco e de outras organizações, nomeadamente a IE (Internacional da Educação, organização que representa 30 milhões de profissionais da educação, de 170 países e 390 sindicatos membros), que visa alertar para as questões de qualidade e de acesso à educação. Este dia começou a ser assinalado em 1994, como forma de comemorar o aniversário das "Recomendações relativas ao estatuto do professor", elaboradas em 5 de outubro de 1966 pela UNESCO e OIT.

O lema deste ano surge após a Declaração de Incheon, aprovada em maio no Fórum Mundial de Educação (FME) 2015, na cidade de Incheon, na Coreia do Sul, onde se reconheceu claramente a importância dos professores no processo da educação, tornando claro o compromisso de que os

professores e educadores devem ver o seu estatuto social reforçado, com recrutamento adequado e formação inicial e contínua qualificada.

O Dia Mundial do Professor presta homenagem a todos os que contribuem para o ensino e educação da sociedade. Este dia homenageia todos aqueles que escolheram o ensino como percurso de vida e que dedicam o seu dia a dia a ensinar crianças, jovens e adultos. A mensagem do Dia Mundial do Professor está na dignidade e na importância do professor na sociedade, como construtor de pessoas e de uma sociedade sustentável.

Os professores não são apenas um meio para implementar metas de educação, são a chave para a sustentabilidade e desenvolvimento de aprendizagens, procurando assim criar sociedades baseadas no conhecimento, valores e ética. Refere a UNESCO

na sua mensagem para o dia 5 de outubro.

No entanto, os docentes portugueses têm vivido nos últimos anos uma desvalorização contínua da sua profissão, quer por piores condições de trabalho e remunerações mais baixas, quer pelo não reconhecimento do desgaste físico e psicológico da profissão. Estas medidas governamentais têm posto em causa o nível motivacional da maioria dos docentes, levando à degradação da qualidade da escola pública que está ao serviço de todos os cidadãos.

É necessário que o governo saído das eleições de ontem considere prioritária a criação de melhores condições para todos os docentes, contribuindo desta forma para uma escola pública de qualidade que garanta uma efetiva igualdade de oportunidades. ■

Educação Pré-Escolar Um direito de todos



Cremilde Canoa

Coordenadora do setor da Educação Pré-Escolar

Que a educação pré-escolar desempenha um papel central para o desenvolvimento das crianças, em todos os domínios, tornou-se já, e felizmente, uma tese consensual. Sendo indiscutivelmente a 1ª etapa da educação básica, a sua frequência deixou há muito de ser considerada um luxo e afirmou-se publicamente como um direito de todos, tendo como pressuposto um desenvolvimento harmonioso e enriquecido, potenciador do princípio democrático de igualdade de oportunidades, tanto no acesso como no sucesso educativo, ao longo de toda a vida.

Passados 38 anos da criação da rede pública de jardins de infância e 18 da publicação da Lei-quadro da Educação Pré-escolar - marcos relevantes no desenvolvimento deste setor de educação e ensino em Portugal - é essencial continuar a reafirmar que a educação pré-escolar é acima de tudo uma atividade pedagógica e que todas as crianças têm direito a uma educação pré-escolar de elevada qualidade, da responsa-

bilidade de educadores e outros técnicos devidamente formados e credenciados

Os Educadores de Infância são os profissionais com formação adequada para trabalhar diretamente com as crianças em idade pré-escolar. Ao longo dos últimos anos têm desenvolvido uma luta importantíssima pela exigência da qualidade e pelo reconhecimento e respeito do seu estatuto socioprofissional. Conscientes da sua postura ética de cidadania e de vigilância crítica que os atira para um papel de denúncia e de apontar alternativas, participam, com os outros docentes, na melhoria do processo educativo, contribuindo para a construção de uma educação de qualidade para todos.

O SPGL sempre se pautou pela valorização da Educação de Infância e pelo respeito do conteúdo profissional dos Educadores de Infância, consagrados no ECD e no perfil específico de desempenho profissional do Educador de Infância. Sendo a educação

pré-escolar a primeira etapa da EDUCAÇÃO, é tão necessário criar condições de trabalho para o exercício da função docente como sentir o reconhecimento do trabalho desenvolvido em prol quer da formação pessoal e social quer dos “alicerces” para o sucesso, num percurso educativo ao longo da vida.

Nunca deixando de exigir a assunção efetiva da Educação Pré-Escolar, aos Educadores de Infância interessa tudo aquilo que à Educação diz respeito. ■

“é essencial continuar a reafirmar que a educação pré-escolar é acima de tudo uma atividade pedagógica e que todas as crianças têm direito a uma educação pré-escolar de elevada qualidade, da responsabilidade de educadores e outros técnicos devidamente formados e credenciados”



Dulce S. Rosa Carvalho
Coordenadora do setor do 1º CEB

É preciso acreditar que a mudança é possível

A dimensão do papel de professor é claramente significativo em toda a relação pedagógica, quer seja sobre o ponto de vista pessoal, quer seja de natureza das opções metodológicas. Importa construir representações positivas sobre a sua profissão, sobre a totalidade dos seus alunos e sobre as suas próprias capacidades como fator de eficácia. Os professores são parte integrante da construção das gerações vindouras, daí a primazia à Educação.

Ao longo destes anos ao serviço da educação, sempre acreditei que a mudança é possível, que os sonhos se podem transformar em realidade, sabendo que os insucessos podem ser experiências de aprendizagem.

A forma como se olha, como se interpreta e se sente a realidade tem muita influência na determinação dessa mesma realidade. Porque o destino não está marcado, devemos olhar mais para

o futuro do que para o passado, criando expectativas positivas e fazendo parte desse futuro, acompanhando a constante evolução das condições sociais.

O envolvimento e participação dos professores na vida e luta dos sindicatos é de extrema importância porque é uma tarefa de e para todos construirmos e fazer prevalecer os direitos e deveres numa perspetiva de equidade e de responsabilidade social.

As questões laborais abrangem vários assuntos e todos eles são de suma importância e relevância no campo de luta sindical. Traçar um caminho e sentir a força da união para lutar nessa direção é sem dúvida ganhar uma batalha, que juntamente com tantas outras farão a diferença na vitória.

Os professores precisam de acreditar que a mudança de políticas é possível e que a palavra renunciar não entra na sua terminologia. Ser reflexivo e agir são as primeiras das medidas mais importantes

para desconstruir este constrangimento político, incoerente e despropositado que todos os professores sentem na sua vida profissional.

Os professores precisam de refletir sobre as suas opções. O silêncio é fator essencial para a criação do ambiente de reflexão. Neste momento, as escolas têm ruído a mais. ■

“O envolvimento e participação dos professores na vida e luta dos sindicatos é de extrema importância porque é uma tarefa de e para todos construirmos e fazer prevalecer os direitos e deveres numa perspetiva de equidade e de responsabilidade social.”

Ser Professor no Substantivo



António Guerreiro

Prof. do Agrup. de Escolas António Gedeão
(Almada), Membro da Direção Central do SPGL

Comemora-se no dia 5 de outubro, o Dia Mundial do(a)s Professore(a)s, com o lema “Dar força aos professores, por uma sociedade mais justa e sustentável”, promovido por um conjunto de prestigiadas organizações internacionais, onde se incluem entre outras a Organização das Nações Unidas para a Educação, as Ciências e a Cultura (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Internacional da Educação (IE), e que conta com o apoio dos sindicatos que sempre têm estado na primeira linha e vanguarda da defesa da Escola Pública e da luta dos professores em Portugal, a FENPROF e o SPGL.

Esta celebração evoca a importância e contributo substantivo dos professores para uma educação de qualidade e uma sociedade mais justa, equitativa, fraterna e sustentável em que todos sem exceção possam ter acesso ao en-

sino. “Dar força aos professores” significa ainda reconhecer a **importância do papel do professor** como agente de progresso numa Escola valorizada e uma profissão dignificada num mundo global.

Ser professor é ter espírito de Missão, é erguer Presente e Futuro, de mãos dadas, com Razão e Emoção, numa Escola de amplos horizontes, inclusiva e solidária, onde as Ciências, as Artes e as Humanidades são partes integrantes de um todo numa Visão Humanista e Holística.

Ser professor é também percurso e **balanço de uma experiência profissional**. Mais do que um testemunho individual, gostaria de deixar a perceção da memória e presença coletivas e a referência da atualidade de ser professor.

Neste contexto, relevo o sentimento de entrega e dedicação à profissão, ao ensino e aos alunos,

a paixão e mesmo algum romantismo de ser professor, mas também muita desilusão, cansaço, desgaste a nível físico, psíquico e emocional de um sem número de professores.

Ser professor e educador num mundo em mudança, num mundo cuja crise de valores e identidade é real, num país a braços com

“Ser professor é ter espírito de Missão, é erguer Presente e Futuro, de mãos dadas, com Razão e Emoção, numa Escola de amplos horizontes, inclusiva e solidária, onde as Ciências, as Artes e as Humanidades são partes integrantes de um todo numa Visão Humanista e Holística.”

uma conjuntura difícil e o ataque ideológico cerrado à Escola Pública, às condições laborais, a precariedade e saída da profissão de milhares de docentes, têm contribuído para o desencanto e contestação nas escolas e que se tem vindo paulatinamente a agravar. Apesar desses constrangimentos os professores continuam a assumir uma envolvimento emocional, profissional e afetiva extraordinária, num percurso de determinação, esperança e altruísmo.

Neste seguimento coloca-se aqui um conjunto de **expetativas para o futuro**, de desafios prementes. Nunca se pediu tanto e se dá comparativamente tão pouco: a progressão na carreira está congelada qual miragem distante no deserto; as atualizações salariais esperam pacientemente sentadas um qualquer avanço; só aumentam os deveres, as exigências, a burocracia, a panóplia de legislação e alterações curriculares e outras, sem consolidação e balanço de projetos anteriores.

Acresce o aumento do número de alunos por turma com turmas sobrelotadas com o consequente prejuízo das aprendizagens, o incremento potencial dos focos de indisciplina e o tendencial aumento do insucesso escolar. De referir ainda um elevado número de turmas atribuídas aos professores, sobretudo nalgumas disciplinas curriculares onde se destacam nomeadamente a História e a Geografia no Ensino Básico.

Acrescentam-se as iniciativas legislativas e ações tendentes à “Municipalização” do Ensino, ao financiamento e apoio às instituições de ensino privado em

detrimento do investimento na Escola Pública, na qual se alicerça a igualdade de oportunidades, conforme consagrado na Constituição e a garantia de progresso e desenvolvimento sustentado do país em matéria de graus académicos e qualificações profissionais.

Assim, as expetativas são as de continuidade da luta dos professores pela melhoria das condições socioprofissionais e de trabalho nas escolas e igualmente no contributo para a ligação simbiótica entre o percurso presente e o futuro na qual se procura o sucesso educativo, a valorização e a dignificação da Escola Pública.

Em consonância, os sindicatos, nomeadamente o SPGL e a FENPROF, devem continuar a ter um papel preponderante na preparação e organização das ações de luta sendo de destacar um conjunto de **questões que se revestem da maior importância para a luta sindical**.

Sabemos que a luta é difícil e os resultados obtidos pecam frequentemente por defeito, mas não podemos cruzar os braços, não podemos esquecer, não podemos voltar as costas, pois sabemos como é necessário intervir e agir. Devemos seguir em frente “construindo o novo dia, porque o dia constrói-se, não se espera” (in António Gedeão. “Escopro de vidro”).

Será necessário um fortalecimento do Movimento Sindical, da sua afirmação, prestígio e intervenção, com uma maior participação e envolvimento dos professores, fazê-los acreditar

e perceber as vantagens de ser sindicalizado, incrementar a base de apoio e angariação de novos sócios. Transmitir à Sociedade a justeza da luta dos professores na proteção das funções sociais do Estado, nomeadamente no direito à educação, ao trabalho digno, à proteção social, criar empatia e granjear um apoio alargado da sociedade civil.

Colocam-se assim desafios, não apenas de ordem setorial, mas também de união intersetorial, não numa base esporádica, mas continuada e sistemática numa rede de suporte mútuo.

Ser Professor no Substantivo é “fabricar os dias do futuro” (in António Gedeão. “Poema da praça pública”), é intervir, é continuar a ter esperança, é lutar e acreditar na mudança. ■

“Sabemos que a luta é difícil e os resultados obtidos pecam frequentemente por defeito, mas não podemos cruzar os braços, não podemos esquecer, não podemos voltar as costas, pois sabemos como é necessário intervir e agir. Devemos seguir em frente “construindo o novo dia, porque o dia constrói-se, não se espera” (in António Gedeão. “Escopro de vidro”).”

Erro Crato: Dois passos à retaguarda no Ensino Superior



Osvaldo Caldeira
Professor do Instituto Politécnico de Lisboa
-Direção Central do SPGL

O ensino superior sofreu uma profunda transformação desde o 25 de Abril que, na última legislatura, foi travada pelo Ministro Nuno Crato.

- O alargamento do acesso ao ensino superior e o seu desenvolvimento é, seguramente, uma das marcas da nossa democracia. A transformação do ensino superior assentou em grande medida no crescimento das antigas Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, na consolidação de Instituições de Ensino Superior noutros centros urbanos e no crescimento do Ensino Superior Politécnico.
- Com o desenvolvimento do ensino superior o acesso ao ensino superior democratizou-se, isto é, permitiu o acesso ao ensino superior a largas camadas da população que, até aí, dele tinham estado afastadas quer por exclusão social quer por viverem, geograficamente, em zonas periféricas do país. Ainda assim estamos longe das metas preconizadas no horizonte 2020 para o número de diplomados do ensino superior (40% da população no escalão etário 30-34).
- O alargamento do acesso ao ensino

superior representou um crescimento quantitativo do sistema mas, em boa verdade, carecia de um desenvolvimento qualitativo assente na qualificação do corpo docente através de programas de mestrado e, sobretudo, de programas de doutoramento. O caminho trilhado foi reduzindo esse défice de qualificação e, seguramente, o ensino superior tem hoje um rosto renovado.

- A renovação do ensino superior não se fez apenas na capacidade de ensino e de formação de novos quadros para o país mas também com a integração da investigação portuguesa nas redes científicas internacionais e, sobretudo, com a prestação de serviços à comunidade contribuindo decisivamente para a inovação económica e social de todas as regiões do país.
- Mesmo a geração que, recentemente, foi obrigada a emigrar levou consigo a formação que teve no ensino superior, um capital inestimável para a sua inserção nos países de destino. É, por isso, que se fala da emigração da geração mais qualificada do país.
- Este retrato ficaria seguramente incompleto se não fossem referidas as assimetrias que fragilizam o nosso ensino superior. O SPGL, acompanhado por

todos os sindicatos da FENPROF, tem pugnado pela criação de um sistema unitário em contraposição ao actual sistema binário que diferencia qualitativamente o ensino universitário do ensino politécnico, e que tem estigmatizado o ensino politécnico ao colocá-lo num gueto do ensino superior de 2ª categoria. O sistema unitário visa, sobretudo, reduzir as assimetrias que ainda desqualificam o nosso ensino superior.

- Na base das assimetrias que desqualificam o nosso ensino superior está sobretudo uma repartição desequilibrada de recursos que, nos últimos anos, foi acompanhada de uma redução drástica de recursos, o que só veio agravar as assimetrias do sistema ou dificultar a convergência.
- O ensino politécnico em meados da década de 90 só podia atribuir o grau de bacharel / licenciado, o mestrado era a exigência máxima de qualificação do seu corpo docente, o financiamento do ensino (fórmula baseada no número alunos matriculados) era - para o mesmo número de alunos - significativamente inferior ao do ensino universitário e, sobretudo, não tinha um apoio digno de nota para unidades de investigação e de serviços

à comunidade.

- O ensino politécnico reflectia então um sistemático alheamento quanto às necessidades de recursos para o seu desenvolvimento e, entre elas, a disponibilização de recursos para a qualificação do seu corpo docente.
- Não obstante, o fosso foi-se encurtando uma vez que um número significativo de docentes obteve, desde então, quer o grau de mestre quer o grau de doutor. A maioria desses docentes não teve qualquer apoio para essa formação complementar porque, à época, a política do ensino superior entendia que o doutoramento era desnecessário no ensino superior politécnico.
- Desde meados da década de 90 o ensino politécnico sofreu algumas alterações importantes. Em primeiro lugar, o ensino politécnico passou a conferir o grau de licenciado e de mestre e, com a aprovação do novo Estatuto da Carreira em 2009, o doutoramento foi

colocado como qualificação de referência do seu corpo docente. Era, em grande medida, o reconhecimento da evidente qualificação do corpo docente que apesar de todos os constrangimentos se foi realizando.

- O Ministério liderado por Nuno Crato travou esta dinâmica de aproximação entre o ensino politécnico e o ensino universitário que se veio realizando desde o 25 de Abril.
- O compromisso político estabelecido em 2009, expresso no Estatuto da Carreira, que deveria assentar em apoios para o doutoramento dos docentes do ensino politécnico não teve qualquer continuidade. Ao mesmo tempo criou os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTESP) que serão ministrados exclusivamente no Ensino Superior Politécnico.
- Os CTESP são cursos não conferentes de grau aos quais podem aceder alunos sem a realização da prova de

capacidade de acesso ao ensino superior ou mesmo sem terem concluído o ensino secundário. Estranhamente o Ministro Nuno Crato demitiu-se do seu objectivo de diagnosticar as causas e reduzir o insucesso no Ensino Secundário. As metas europeias do horizonte 2020 para o ensino superior mereceram uma interpretação meramente estatística do Ministro Nuno Crato.

- O resto permanece na mesma. O ensino politécnico continua impedido de conferir o grau de doutor, o financiamento para os alunos do ensino politécnico é significativamente inferior ao das universidades e continuam limitados os recursos para o desenvolvimento das unidades de investigação e de serviços à comunidade no ensino politécnico.
- A recente política do ensino superior foi um Erro Crasso, ou melhor, um **Erro Crato!** ■



SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA